

Maria de Fátima Silva

Coordenação



topias  
& Distopias

COORDENAÇÃO EDITORIAL  
Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: [imprensauc@ci.uc.pt](mailto:imprensauc@ci.uc.pt)  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

CONCEPÇÃO GRÁFICA  
António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO  
Tipografia Lousanense, Lda.

EXECUÇÃO GRÁFICA  
Tipografia Lousanense, Lda.

ISBN  
978-989-8074-74-4

DEPÓSITO LEGAL  
289002/09

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:  
**Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos**  
**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Maria de Fátima Silva  
Coordenação

*U*topias  
& Distopias



NAS MARGENS DO TEMPO E DO ESPAÇO:  
ONDE PA(I)RAM AS UTOPIAS?

*The brief reference to the founding utopias of Plato, Thomas More and Francis Bacon, among others, serves to illustrate the continuing relevance for current and recent Portuguese writing of the earliest forms in which utopian ideas were represented. We will also examine the transformations and variations in the manifestations of that influence both in its continuation and extension into “utopemas” and in its transformation into dystopias.*

As Utopias são (...) uma consequência da descoberta do Novo Mundo e sobretudo da descoberta do novo homem, do homem diferente encontrado nas terras da América (Oswald de Andrade, “A marcha das utopias, in *A Utopia Antropofágica*, p. 163).

Desde sempre associado ao mundo da fantasia ou ao universo do onírico – e, por conseguinte, ao domínio do não-possível, do não-existente –, o conceito de utopia não passa, contudo, sem chamar também à colação as noções de perfeição, de positividade, de bem-estar, de equilíbrio ou de lugar ideal (componentes importantíssimos cuja ausência necessariamente implica a transformação no seu oposto: a distopia ou cacotopia). Sem pretendermos fazer a história ou o levantamento exaustivo das origens e dos múltiplos desenvolvimentos a que o conceito tem sido submetido, não podemos, no entanto, deixar de fazer referência, ainda que breve, a alguns dos textos fundadores: *A Utopia* (1516) de Thomas Morus (1478-1535); *Christianopolis* (1619) de Johann Valentin Andreæ (1586-1654); *A Cidade do Sol* (1623)<sup>1</sup> de Tommaso Campanella (1568-1639); (a inacabada) *Nova Atlântida* (1627) de Francis Bacon (1561-1626); e, inevitavelmente, ao texto que a todos antecede e influencia, *A República* de Platão (427?-348-347 a.C.).

A rememoração de algumas particularidades das obras que acabamos de referir servirá, sem dúvida, para verificar a perenidade de ancestrais formas de exposição dos ideais utópicos no nosso presente literário ou, para o mesmo efeito, num recente passado literário. Em concomitância, e extensionalmente – através de alguns casos

---

<sup>1</sup> Segundo Lewis Mumford (2007: 91) esta “utopia existia já em manuscrito antes de Andreæ escrever a sua *Christianopolis*”.

exemplares da coeva literatura nacional –, permitirá avaliar, ainda que de forma sucinta, as eventuais transformações e variações, em grau, no modo como se expõem as consequentes atitudes de crítica e de denúncia de sistemas políticos, sociais e religiosos do tempo-espaço que preside à (re)criação estética. Afinal, como bem apontou Lewis Mumford: “Quase todas as utopias são críticas implícitas da civilização em que se enquadram e representam também uma tentativa de revelar potencialidades ignoradas pelas instituições em vigor ou soterradas debaixo de uma espessa crosta de costumes e tradições” (Mumford, 2007: 10). E talvez por isso – por o tempo-espaço do presente de enunciação parecer não permitir substanciais e imediatas alterações de fundo –, os (não)-espaços de eleição geográfica das novas sociedades criadas pelos autores acima referidos respeitem, justamente, aos novos mapas que os aventureiros-descobridores iam *desenhando* e à consequente possibilidade de o sonho ir criando novos mundos no refúgio de outros mundos.

A grande questão que desde início há que ter em conta respeita, pois, à visceral insatisfação do ser humano – de alguns seres humanos – em relação à sociedade em que vive(m). Assim, multiplamente imperfeitos e desiguais na sua origem, o mundo e as micro-realidades que o compõem têm vindo a oferecer ampla matéria-prima para, por oposição ao que existe, permitir sonhar com os sempre relativos e nunca totalmente alcançáveis (ou não falássemos de utopia...) ideais de perfeição, de liberdade, de igualdade e de fraternidade. Platão, não utilizando embora o termo utopia<sup>2</sup>, preferindo o de “República ideal” (possuidora e defensora de quatro virtudes essenciais: a sabedoria, a coragem, a temperança e a justiça), advoga que o governo desta deveria caber aos mais sábios – os filósofos –, já que só estes teriam plena consciência do bem, do belo e da justiça<sup>3</sup>.

Numa linha similar de entendimento se inserem as sociedades ideais de Morus, de Andreæ, de Campanella e de Bacon: respectivamente, a Ilha da Utopia; a cidade de Christianopolis; a Cidade do Sol e a Ilha de Bensalem. Em todas é possível destacar o progresso científico-tecnológico, bem como a igualdade e a amizade entre os cidadãos (homens e mulheres), ou a abolição da propriedade privada. Em todas, também – apesar das diferentes tonalidades dos valores básicos, religiosos ou outros; apesar da diferente importância atribuída às artes; ou apesar de algumas diferenças essenciais no que respeita, por exemplo, ao facto de não existir escravatura na utopia de Campanella<sup>4</sup> –, se destacam formas de governo a cargo dos mais sábios, isto é, dos melhores. A título

---

<sup>2</sup> Na tradução de *A República* que utilizámos, o termo “utopia” surge, contudo, pelo menos uma vez: a propósito do facto de não ser “contra a natureza atribuir o aprendizado da música e da ginástica às mulheres dos guardiões” – asserção que leva Sócrates a constatar ter estabelecido “uma lei que não era impossível nem comparável a uma utopia, uma vez que a promulgámos de acordo com a natureza (...)” (Platão, 1996: 222-223) (sublinhado nosso).

<sup>3</sup> Atentemos na seguinte fala de Sócrates a Gláucon: “Enquanto não forem, ou os filósofos reis nas cidades, ou os que agora se chamam reis e soberanos filósofos genuínos e capazes, e se dê esta coalescência do poder político com a filosofia, enquanto as numerosas naturezas que actualmente seguem um destes caminhos com exclusão do outro não forem impedidas forçosamente de o fazer, não haverá tréguas dos males, meu caro Gláucon, para as cidades, nem sequer, julgo eu, para o género humano, nem antes disso será jamais possível e verá a luz do sol a cidade que há pouco descrevemos. (...)” (*ibidem*: 252).

<sup>4</sup> Outras diferenças respeitam à importância atribuída aos ofícios mecânicos (ao contrário de *A República*, onde os ofícios mecânicos não eram vistos como profissões nobres, em *A Utopia* de Morus todas as artes são primordiais e importantes); ao entendimento do conceito “família” e respectiva organização; ou ao peso concedido à religião (maior em *Christianopolis*).

parentético, já que não pretendemos debater essa problemática, por não caber nos limites deste texto, cumpre sublinhar que esta última característica tem levado alguns autores a ancestralmente enraizar diversos sistemas ditatoriais-autoritários nestas utopias clássicas (Mumford, *ibidem*: 11-12).

Seja como for, a verdade é que, em teoria, os sistemas sociopolíticos expostos resultam de boas intenções, traduzidas no que lemos como a séria esperança em sociedades melhores, porque mais justas, porque mais fraternas. Como bem sublinha Maria Luísa Malato Borralho,

A utopia passa por entre as redes dos limites, confundindo-as, iludindo-as. Aos que a temem porque vêem nela um tratado político-filosófico, desculpa-se com a fantasia, quase loucura. Aos que dela se aproximam, seduzidos pelo tom romanesco deixa um travo amargo por se estar tratando de “coisas sérias” (Borralho, 2004: 2).

E porque de boas intenções e de esperança se pode falar, agora como no passado, acreditamos, na esteira de comentários tecidos pela autora que acabamos de citar, que “em quase todas as sociedades e em todas as épocas” é possível encontrar utopias (obras utópicas) (Borralho, *ibidem*: 4). Não serão estas exactamente construídas de acordo com a estrutura e com a semântica englobante que presidiu à criação das utopias fundadoras – ou da utopia fundadora (a de Morus ou a de Platão...) – mas, tendo em conta a evolução científica, tecnológica e política das próprias sociedades e tendo também em mente as inevitáveis relações Literatura-Mundo/História, a verdade é que a dinâmica evolutiva em relação ao modelo se apresenta como um aspecto perfeitamente natural e aceitável (mesmo quando leva à transformação da utopia em distopia). Não nos parece linear, portanto, aceitar a (provocatória, mas interessante) posição de João Medina sobre a inexistência de utopias portuguesas (Medina, 1979). Antes nos surge como mais ponderada a ideia de que “O que surpreende na Utopia é que depois de absorvida, a passamos a ler em toda a parte, já dissolvida em microestruturas, utopemas, subtópicos da utopia” (Borralho, *ibidem*: 5).

Deixando de lado a referência a obras e/ou a episódios respeitantes a um passado literário mais remoto<sup>5</sup> (ou ao caso do Quinto Império<sup>6</sup> continuado por Fernando Pessoa e outros contemporâneos), é o que parece ficar patente a partir do *corpus* que seleccionámos, respeitante a alguns casos que consideramos exemplares dos dois últimos séculos: os romances *D. Agostinho* (1894) e *O Famoso Galvão* (1898) de Teixeira de Queirós; *O Mata-Cães* (1986) de Fernando Correia da Silva e *A Jangada de Pedra* (1986), *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), *A Caverna* (2000), *Ensaio sobre a Lucidez* (2004) e *As Intermittências da Morte* (2005) de José Saramago.

Em termos gerais, e não pretendendo fazer regra sem excepção, o que se torna possível verificar prende-se, essencialmente, por um lado, com a inexistência de narrativas cujo enredo presentifique, na sua totalidade, uma fuga ao espaço-tempo do real (da enunciação ou da narrativa) através da recriação de uma sociedade modelar que existiria em paralelo

---

<sup>5</sup> Ver, a propósito, o já citado artigo de Maria Luísa Malato Borralho.

<sup>6</sup> Sobre esta questão na obra de António Vieira, ver João Francisco Marques, “A utopia do *Quinto Império* em Vieira e nos pregadores da Restauração”, in *Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, nº 2, 2004 (11 páginas) <http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>.

temporal e em oposição axiológica à nossa. Por outro lado, como veremos em romances mais recentes, a aproximação englobante aos primeiros textos utópicos poderá acontecer, no que respeita à sua estrutura e não à sua semântica interna.

Verificamos, então, em primeiro lugar (como já ficou sugerido pelo comentário de Maria Luísa Malato Borrvalho), a existência de linhas temáticas que evidenciam a presença do mesmo espírito e da mesma capacidade imaginativa que nortearam a *Utopia* de Morus e as outras que lhe seguiram o rasto. Por outras palavras, se, nestas, os utópicos modelos de mundo apresentados parecem encontrar-se ao mesmo nível (temporal) que a realidade em que se vive (porque, existindo embora numa outra dimensão, se constituem em composições textuais inteiras<sup>7</sup>), no caso dos romances de Teixeira de Queirós, por exemplo, a idealização e a perfeição aparecem como projecções fragmentárias num futuro a vir (tal como acontece, aliás, na cidade ideal de Platão, que não é mais do que um projecto).

É assim que, de modo mais cómico em *D. Agostinho* do que em *O Famoso Galvão*, a personagem (Galvão) se consubstancia em utópico pensador de projectos que em tudo contribuiriam para uma notável melhoria das condições de vida do seu mundo, da sua sociedade e dos seus amigos. Entre tantas ideias geradas pela “magnífica cabeça, apoplética de projectos sedutores para melhorar todos os aspectos da vida” (Queirós, 1894: 23), destacamos o “servir-se das pirâmides do Egipto para lançar uma ponte através do deserto com o fim de nos prevenirmos contra qualquer invasão do mar n’aquelas regiões”; o “abrir um canal de Southampton a New York para um caminho de ferro, ou então assentar esse caminho de ferro sobre barcaças” (*ibidem*: 24); o fabricar cortiça artificialmente, assim permitindo que tudo fosse feito desse material: navios, ruas, calçadas, prédios (os navios flutuariam melhor; os soldados do exército suportariam marchas mais longas e, além disso, como a cortiça não absorve a humidade, não apanhariam constipações...) (*ibidem*: 28).

No entanto, o melhor projecto deste que se diz “pregoeiro do futuro e um tanto do presente”, merecendo-lhe o passado compaixão porque o comparava a uma sepultura (*ibidem*: 33), respeita (num trabalho conjunto com o sábio alemão Egger) à criação da “*Omnibus*, quer dizer: todas as coisas” (*ibidem*: 59). “Empresa larga, plano vastíssimo, ensanchas para conter quaisquer indústrias imagináveis” (*ibidem*: 60) (como a fabricação artificial de ovos), este é, justamente, o projecto em que melhor podemos observar alguma coisa da preocupação e da crítica social de Morus. Diz Galvão a propósito da *Omnibus*:

Vê-se que não curamos dos nossos interesses pessoais, atendemos aos de todo o país. Os amigos e consócios terão a melhor parte, a olha da panela; mas n’este grande caldeirão chamado *Omnibus* haverá sopa que da arte todo o reino, hoje pobre e esfomeado. A minha

---

<sup>7</sup> No caso d’ *A Utopia* de Morus, o efeito do real, ou melhor, a ilusão de que a ilha de que se fala existe em paralelo temporal com a realidade de enunciação, decorre, por exemplo, do facto de, nas cartas que antecedem a narrativa, ficarmos a saber que o conhecimento sobre a existência da ilha foi facultado pelo relato de Rafael Hitlodeu, que durante cinco anos ali vivera “Epístola de Tomás Morus a Pedro Egídio” [“secretário da cidade de Antuérpia, poeta latino de mérito e participante do renascimento jurídico do século XVI”] e da “Epístola de Pedro Egídio a Busleiden” [“membro do Conselho de Malines, nos Países Baixos, fundador do Colégio Trilingue, que recebeu Morus na sua visita à cidade”] Morus, 2002: 9, 17).

ambição e grande desejo é ver Portugal rico, feliz, vivendo na abundância. A prosperidade espirrará por toda a parte (...). Qualquer homem existente, que d'aqui a dez anos viver na pobreza, ou será parvo ou incorrigível. (...) Desejamos vê-los a todos felizes e contentes; porque só d'este modo se poderá mostrar que os homens são irmãos. O verdadeiro socialismo não é o de Bismarck, nem o dos filósofos que sonham quimeras, nem o dos revolucionários que são doidos ou criminosos, é este, fundado por uma companhia” (*ibidem*: 61).

De mais a mais, como também afirma, não fosse por temer a ignorância do público, chamar-lhe-ia

Companhia de exploração socialista, porque isto é que a nossa empresa é. Distribuir igualmente as riquezas e a felicidade, é uma função social que devia pertencer aos governos; mas como todos a têm esquecido, encarregar-se-á dela a companhia *Omnibus* (*ibidem*: 62).

Não se pense, todavia, que Galvão é pela igualdade social... quer “os homens ricos e contentes; mas não os [pode] imaginar iguais”... (*ibidem*: 62). Mas, lembramos, não prevêem algumas utopias (Morus, Platão) a escravatura?!... Ainda assim, o ambicioso sonho (tal como acontece nas utopias fundadoras) não esquece o “Progresso moral”, advogando-se, portanto, o culto da música, da pintura, da escultura, através de saraus e exposições; a animação das letras pela poesia, pelo fomento da moral; o auxílio ao teatro, com subsídios; a realização de conferências sobre História pátria, astronomia, etc. Enfim, tudo visando o fim de “levantar o nível da nação portuguesa” (*ibidem*: 75).

Nível para o qual Galvão afinal não contribui já que, ainda burlão incorrigível, acaba por fugir com o (pouco) capital acumulado... No entanto, como sublinha Maria Helena Santana, “há da parte do autor uma clara tentativa de reabilitar a personagem, ou, pelo menos, de a reconfigurar a uma luz mais favorável” (Santana, 2007: 417). E é assim que, em *O Famoso Galvão*, depois do regresso do novo mundo americano, a cor cómica do romance de 1894 parece atenuar-se pela maior seriedade que se confere ao carácter visionário da personagem. Esta continua a anterior exaltação do domínio da ciência e da técnica sobre a natureza, com o fito absoluto de impor um reino de abundância e de felicidade:

Caminhava-se para o governo absoluto da *Indústria*, que tudo transforma. (...) Caldeiras de vapor e máquinas eléctricas aperfeiçoadas, gerariam movimento e luz permanente, para acabar de vez com o descanso e com a escuridade improficua da noite. Assim se multiplicaria o esforço e o tempo; por toda a parte reinaria a abundância e a felicidade. Estrangulada a miséria, o mundo seria um teatro de gozo; as inteligências comandando as forças criadoras, dariam a alegria e a paz definitivas ao homem triunfador pela Ideia e pela Invenção (Queirós, 1898: 118).

E talvez não seja desajustado dizer que, em derradeira instância, o cómico se atenua pelo facto de Galvão manifestar plena consciência do lado negativo do Progresso, isto é, das várias formas de evolução civilizacional. Assim acontece, de facto, quando, contemplando o Tejo, do Hotel Central, e imaginando uma ponte de margem a margem, imagina, ainda,

uma nova e maravilhosa cidade, com largas avenidas sulcadas por *tram-ways* eléctricos, e ladeadas de hotéis de 20 andares, servidos por elevadores rápidos como tiros. Seria uma Filadélfia, uma New York ocidental, com altas grimpas de torres, pontarias de palácios monumentais, fábricas, cafés, teatros (...). Sentir-se-ia ali, do outro lado do Tejo, nessa terra, ora adormecida, a pleora dos grandes centros do globo, o fluxo e refluxo de homens e riquezas, isso que forma o fundo tenebroso da Cobiça Humana (*ibidem*: 54).

O que parece acontecer, portanto, é que, à medida que os sonhos e as ficções (as utopias) do passado se vão cumprindo, materializando-se na realidade em que se vive, esta torna-se cada vez mais ameaçadora, transformando-se num verdadeiro pesadelo e formando o “fundo tenebroso da Cobiça Humana” de que nos fala Galvão. Isto é, se os avanços científicos e tecnológicos contribuem para vidas e sociedades mais confortáveis e mais evoluídas, a verdade é que, em concomitância (numa espécie de consequência sem remédio), emerge uma panóplia de irresolúveis problemas sociais e humanos que, inevitavelmente, fazem com que as utopias resvalam para o seu inverso: as distopias<sup>8</sup>.

Neste caso, e em segundo lugar, o que de curioso ressalta em alguns romances mais recentes é que, se, por um lado, eles confirmam a reflexão negativa de Galvão, afastando-se radicalmente das utopias fundadoras pelo disfórico e apocalíptico cenário desenhado, por outro lado, delas se aproximam em termos formais, estruturais. Por outras palavras, se as novas utopias continuam, regra geral, as velhas utopias através de micro-estruturas e de utopemas, as distopias do presente – invertendo-as semanticamente – prolongam-nas pela composição englobante de um mundo inteiro e coeso. Não funcionando embora em paralelo narrativo e temporal com o nosso, consubstancia-se, pelo contrário, em sua substituição alternativa (como se a nossa realidade tivesse já desaparecido).

Antes, porém, de nos debruçarmos sobre os textos, cumpre mencionar alguns romances que, no presente, evidenciam linhas de continuidade desses ideais utópicos pensados no passado. Assim, podemos destacar, com algumas inevitáveis *nuances*, *A Jangada de Pedra* e, com mais óbvias semelhanças em relação a uma produção mais remota, *O Mata-Cães*. Um dos pontos que em ambos os romances lembra o texto de Morus (ou melhor, o espírito que presidiu à composição do texto de Morus), por exemplo, decorre do facto de os utopemas que percorrem a(s) narrativa(s) se consubstanciarem em arma ideológica<sup>9</sup>, em crítica incisiva a determinados aspectos do cenário sociopolítico coevo.

No texto saramaguiano, num enredo protagonizado por duas mulheres, três homens e um cão, a separação física da Península Ibérica da Europa especula, sem dúvida, o posicionamento do próprio autor em relação à entrada de Portugal (e de

---

<sup>8</sup> Sobre o resvalar da utopia para a distopia no caso do conto “Civilização” e *A cidade e as serras*, de Eça de Queirós, ver Santana, 2007, pp. 493-497 (“Uma utopia risonha: Civilização”) e pp. 497-525 (“*A cidade e as serras*: desconstruindo a utopia”).

<sup>9</sup> Entendemos aqui ideologia na definição proposta por Guy Rocher: “um sistema de ideias e de juízos de valor, explícito e geralmente organizado, que serve para descrever, explicar, interpretar ou justificar a situação de um grupo ou de uma colectividade e que, inspirando-se largamente desses valores, propõe uma orientação precisa para a acção histórica desse grupo ou dessa colectividade” (Rocher, 1968: 127).

Espanha) na União Europeia (então Comunidade Económica Europeia). Em simultâneo, reduplica-se o ancestral, mas sempre polémico, sonho de uma união ibérica (*vd.* Marques, 1977: 415 ss.); sonho (sentimento utópico?!) recentemente verbalizado por José Saramago quando, em declarações ao *Diário de Notícias* (15. 07. 2007), afirma que Portugal teria “tudo a ganhar em desenvolvimento” se houvesse “uma integração territorial, administrativa e estrutural” com Espanha<sup>10</sup>. No cenário do romance, e que é, afinal, o nosso (e deixando de lado outras linhas narrativas e tantas críticas directas ou indirectas à “Mãe amorosa, a Europa” – Saramago, 1986: 33), advoga-se que a procura de parcerias diversas não passa, por conseguinte, por uma aliança com a (velha) Europa. Ela passa, em primeiro lugar, pela unificação dos dois países vizinhos (detentores de maiores semelhanças entre si do que com que *os outros*) e, em segundo lugar, pela procura de novos parceiros em lugares porventura mais distantes mas com os quais existem, de igual modo, manifestas (e antigas) afinidades culturais e históricas.

Por isso se transforma a Península em simbólica *Jangada de Pedra* cujo trajecto, na sequência do sentimento utópico visado, não é de todo anódino. Não por acaso, pois (após ameaçar querer parar junto ao Canadá e junto aos Estados Unidos da América do Norte), a barca de pedra acaba por estacionar algures entre o continente africano e o sul-americano<sup>11</sup>. Ora, se, ao autor, a nova localização geográfica da Península Ibérica permite reavivar e simbolicamente propor profícuas ligações e afinidades iniciadas ao tempo dos Descobrimentos<sup>12</sup>, a nós permite-nos relembrar que também o espaço de eleição das utopias iniciais respeitava a lugares exóticos dos novos mundos que se iam descobrindo: os paraísos terrenos da Ilha da Utopia (Morus), algures no continente sul-americano; da Cidade do Sol (Campanella), no Equador; ou da Ilha de Bensalem (Bacon), para além do Peru.

Este mesmo tipo de idealização geográfica – e, ao mesmo tempo, o uso de utopemas de ressonância Morusiana – ocorre na efabulação de *O Mata-Cães*, romance (ou qualquer coisa<sup>13</sup>) desconcertante não apenas ao que se refere à forma e à linguagem (aqui e ali de cor quinhentista), mas também pelo que nas suas páginas se traduz em aliança entre o real e o onírico, em intersecção entre o presente e o passado. É assim que o protagonista, Chico Mata-Cães, vai picaresca mas criticamente desenovelando os múltiplos problemas económicos, sociais e políticos que ensombram o seu tempo. Operário e resistente político antes e após uma Revolução de Abril que não deu os frutos desejados, o Mata-Cães sistematicamente chama ao palco da narrativa um mundo onírico, ideal pela sua beleza, fortuna, felicidade e abundância; um mundo que diz ter ajudado a descobrir na heróica companhia de Fernão Ma-

---

<sup>10</sup> Sobre a ideia de Europa, ver José Saramago, “Europa sim, Europa não”, in *Jornal de Letras, Artes & Ideias*, 10 de Janeiro de 1989, p. 32.

<sup>11</sup> Tal acontece depois de um movimento de rotação que coloca Portugal e a Galiza ao Norte (cf. Saramago, 1986: 323).

<sup>12</sup> Não é também por acaso que, no final desta viagem, ficamos a saber de uma gravidez colectiva das mulheres da Península Ibérica, símbolo de esperança englobante num futuro melhor (com uma nova geração) longe da “Mãe amorosa”.

<sup>13</sup> A indefinição genológica é assim comentada por António José Saraiva: “O que é isto? Um poema? Um conto picaresco? Uma recordação onírica? Um testemunho realista? Uma reflexão sobre a história recente? «O livro há-de ser» – como dizia o Bernardim – «o que vai escrito nele». Só abrindo se poderá julgar o MATA-CÃES, que não é decerto um tranquilizante” (contracapa).

galhães<sup>14</sup>; um mundo a que não conseguira deitar a mão mas que lhe serve de refúgio utópico sempre que o presente por vários modos escurece. O nome, Ternate – a ilha de Ternate.

A título de exemplo dessa fuga a um tempo disfórico citamos um excerto em que a personagem se interroga sobre o Estado e as suas funções:

É santo milagreiro a pairar neutralmente sobre tudo e sobre todos? É santo apartador de brigas de uns com outros? Ou é mordomo, cão de guarda para manter em sossego a exploração dos poucos sobre os muitos? Nunca vi funcionário público que deveras o fosse. Nunca vi a GNR a fuzilar o senhor de terras. Nem o padre a expulsar os vendilhões do templo. Nem a Pide a invadir a casa do banqueiro. Remoçar o Estado velho? Não há enxerto que ponha cardos a dar trigo... O deixa-andar e as loucuras do mercado, a economia que já toma o freio nos dentes. Um vampiro a sugar o nosso Abril, Primavera filha minha cai ao poço. Tudo como dantes, abrasivo, Abrantes.

Levanto-me e já vou descendo as encostas de Ternate. De novo o povoado e a partida, um colar de flores no meu pescoço. Toco em Malaca, depois Goa e daqui tomo vento para o Reino. A cidade e as cidades. Eis que volta o burburinho, o comprar e o vender: todos a tudo e a todos. O fluxo e o refluxo de dinheiro a arrastar homens contra homens. (...) (Silva, 1986: 165-166).

Ressalta do exposto que Abril e a sua Revolução não foram, para Chico, o Mata-Cães, o tão desejado meio de regressar a Ternate, a ilha paradisíaca cujo primeiro farol se chamava (emblematicamente) URSS (cf. *ibidem*: 147); não foram, como se escreve, “a Passagem para o Mar do Oriente!” e, por isso, já vê “caírem lágrimas pelo rosto de Fernão” (*ibidem*: 148).

Seja como for, é ainda e sempre a esperança que marca o final do texto: talvez não a esperança de retornar à *sua* Ternate, mas, quem sabe se, fazendo-se “outra vez à vela pelo mundo”, não acaba por descobrir que “talvez haja nova ilha de Ternate à [sua] espera (...). O lado da luz. Sempre” (*ibidem*: 209).

Ou “O lado da luz”. Talvez nunca mais... como parece ficar claro nos romances que, das utopias iniciais só retendo a englobante composição de um mundo coeso e coerente, viram do avesso os mais básicos valores que presidiram à sua concepção.

É o caso, por exemplo, de *Ensaio sobre a Cegueira*, *Ensaio sobre a Lucidez* e *A Caverna*. Constituindo, *grosso modo*, variações do mesmo tema, estes romances dão conta de mundos onde a civilização – no seu sentido de estado social perfeito – e o civismo – enquanto dedicação pelos interesses públicos – se transformam no seu oposto, como se tivéssemos chegado ao final de uma linha, ao ocaso da própria Humanidade. Não por casualidade, então, em nenhuma destas obras se procede à localização temporal ou espacial da acção, como se, através dessa estratégia de indefinição se chamasse a atenção para a universalidade de que os acontecimentos narrados se revestem. Não por acaso, também (nos dois Ensaios, pelo menos), as personagens não adquirem a individualidade de um nome próprio, sendo identificadas por vagas características (a mulher do médico, o rapazinho estrábico, o primeiro cego, a mulher dos óculos escuros, etc./o senhor ministro, o homem da gravata azul, o agente, etc.).

---

<sup>14</sup> Cf. Álvaro Salema, 1987: 97.

No primeiro romance, uma cegueira (branca) progressivamente colectiva (à excepção de uma personagem, a mulher do médico) traz ao de cima os piores sentimentos e as mais lamentáveis atitudes de seres que se dizem e se tomam por humanos. No segundo, que a partir de determinado momento retoma personagens e questões de *Ensaio sobre a Cegueira*, um processo eleitoral, cujos resultados se traduzem numa gigantesca percentagem de votos em branco, permite desenvolver várias questões relacionadas com o exercício e com a vivência da Democracia: ao invés de tentar apurar uma resposta para os 83% de votos em branco (cerca de 70% numa primeira votação), o governo desencadeia uma série de brutais perseguições aos cidadãos. Em ambos os romances, o Homem é transformado em caçador do próprio Homem, sendo os mais elementares valores de humanidade e de solidariedade substituídos pelo medo, pela ganância, pela cobiça, pela irracionalidade, pelo despotismo e pelo totalitarismo.

No caso de *A Caverna*, de tom e de cor um pouco menos sombrios do que os romances anteriores, o potencial distópico é simbolicamente adquirido, na sua essência, através dos paralelismos implícitos e explícitos com o mito da caverna de Platão<sup>15</sup>. No universo apresentado, de contornos em tudo semelhantes ao nosso real, José Saramago denuncia, pois, os perigos de um atractivo mundo de ilusões criado através de simulacros (e permitido pelos extraordinários avanços na ciência e na técnica), assim expondo também as consequências do acelerado e irreversível processo de desumanização que o desejo de um *brave new world* acaba por desencadear.

Em derradeira instância, no entanto, cremos que qualquer um destes romances atenua uma visão do mundo inteiramente negativa, na medida em que, de um modo ou de outro, se desvenda a sua condição de *avisos à navegação* a uma sociedade que ainda está em tempo de evitar o caos (o apocalipse?) moral e social que se anuncia: *Ensaio sobre a Cegueira* permite a recuperação progressiva do mal da cegueira branca (a do espírito?), *Ensaio sobre a Lucidez* assume o seu carácter de fábula (Saramago, 2004: 39) e *A Caverna* permite a algumas personagens libertar-se da opressão do Centro, optando pela busca (utópica?..) de uma vida viva num lá fora indeterminado<sup>16</sup>.

E se de vida falamos, é talvez chegado o momento de chamarmos à colação *As Intermittências da Morte*. Ao mesmo tempo curiosa e interessante, pelo que nela existe de hibridismo utópico e distópico, a obra parte do pressuposto de que, num país imaginário e nunca nomeado, a morte deixou de matar!... Numa primeira apreciação as consequências desta greve<sup>17</sup> – para nós, leitores, e para as personagens –, traduzem-se

---

<sup>15</sup> Apesar de o título remeter, desde logo, para o mito platónico, a verdade é que a possibilidade de se estabelecer um paralelismo absoluto apenas ocorre praticamente no final (Saramago, 2000: 332-334), no momento em que se dá a conhecer a caverna descoberta no interior no Centro, no piso zero-cinco. Acreditamos, todavia, que o leitor mais atento foi desde cedo construindo teias de similitude a partir, por exemplo, da referência inicial ao “muro altíssimo” que abruptamente “cortava o caminho” (p. 17) (e que de imediato ficamos a saber tratar-se da parede do gigantesco espaço) ou de inúmeras indicações que remetem para o carácter alienante do Centro.

<sup>16</sup> Para uma maior problematização da questão da utopia *vs* distopia neste romance, ver José A. Madiedo, “A Caverna: a utopia e a distopia da economia global” (2007: 149-157).

<sup>17</sup> A greve prolongar-se-á pelo período de sete meses (entre Janeiro e Julho, cf. Saramago, 2005: 113), sendo o regresso à normalidade reposto com uma variante: assumindo “o injusto e cruel procedimento que vinha seguindo, que era tirar a vida às pessoas à falsa-fé, sem aviso prévio, sem dizer água vai”, a morte decide que “a partir “de agora toda a gente passará a ser prevenida por igual e terá um prazo de uma semana para pôr em ordem o que ainda lhe resta de vida, fazer testamento e dizer adeus à família, pedindo perdão pelo mal feito ou fazendo as pazes com o primo com quem desde há vinte anos estava de relações cortadas” (*ibidem*: 106-107).

na realização do “maior sonho da humanidade desde o princípio dos tempos, isto é, o gozo de uma vida eterna cá na terra” (Saramago, 2005a: 17). Numa segunda aproximação ao assunto, todavia, a ordem natural da reflexão anterior vira-se do avesso... Com efeito, o que parecia ter-se “tornado em um bem para todos, como o sol que nasce todos os dias e o ar que respiramos” (*ibidem*: 17), revela-se um terrível acontecimento. A felicidade utópica de viver para sempre, de aceitar “o repto da imortalidade do corpo” (*ibidem*: 20), transforma-se em pesadelo, em sonho distópico, em cenário apocalíptico onde as várias instituições entram em colapso, onde o governo se vê obrigado a negociar com beneméritas organizações maphiosas<sup>18</sup> e onde os seres humanos acabam por desejar a própria morte porque, afinal, como bem constata o primeiro-ministro em conversa com o rei, “se não voltarmos a morrer não temos futuro” (*ibidem*: 92).

E para que a *lição* fique bem clara, num tom e numa cor que oscilam entre o cómico, o sério e o irónico, não deixa o narrador de, extensamente, nos fazer saber da crise da igreja – porque, como bem sublinha o cardeal, “sem morte não há ressurreição, e sem ressurreição não há igreja” (*ibidem*: 20) –; da catastrófica falência das agências funerárias – que, numa tentativa de solucionar o problema da falta de matéria-prima, solicitam ao governo a decisão de “tornar obrigatórios o enterramento ou a incineração de todos os animais domésticos que venham a defuntar de morte natural ou por acidente” (*ibidem*: 28); da não menos catastrófica situação dos hospitais e dos lares (*ibidem*: 29-32); ou, entre outras, da “terrível ameaça que vem pôr em perigo a sobrevivência” das seguradoras que vêem canceladas as “apólices de seguros de vida” (*ibidem*: 35).

Acreditamos, portanto, que o que também se oferece ler é a sábia e lógica constatação de que alguns ideais utópicos podem ser menos benéficos. A prová-lo, esta ilustração da “impossibilidade de viver” sem a morte porque, se esta se retira de cena, o mesmo não acontece com o tempo. Diz José Saramago, a propósito:

mesmo que conseguíssemos fazer uma espécie de pacto de não agressão com a morte, não poderíamos deter o tempo. Então, estaríamos condenados a qualquer coisa pior que a morte: a velhice eterna. E cada vez mais velhos... A que situação chegaria um ser humano? Como iria o Estado pagar as pensões se a morte renunciasse ao seu dever? (Saramago, 2005b: 114).

Ou talvez o que se ofereça ler não seja mais do que a não menos sábia e lógica assunção de que ao Homem cumpre esperar que atrás do tempo, tempo venha: na vida, na morte... e nas utopias.

---

<sup>18</sup> A estas cumprirá organizar o transporte de moribundos para lugar em que se possa morrer, isto é, para o outro lado da fronteira com um dos três países limítrofes em que a morte não está em greve (cf. *ibidem*: 54, 92 e *passim*).

## Bibliografia

- ANDRADE, Oswald de, *A utopia antropofágica* (São Paulo, Globo 1990).
- BORRALHO, Maria Luísa Malato, “Não há utopias portuguesas?”, *Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, nº 1 (2004) <http://www.letras.up.pt/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm> (9 páginas).
- MADIEDO, José A. “A Caverna: A utopia e a distopia da economia global”, in Paulo de Medeiros & José Ornelas (eds.), *Da possibilidade do impossível: leituras de Saramago* (University of Utrecht, Portuguese Studies Center 2007) pp. 149-157.
- MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal* (vol. I., 7ª ed., Lisboa, Palas Editores 1977).
- MARQUES, João Francisco, “A utopia do *Quinto Império* em Vieira e nos pregadores da Restauração”, *Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, nº 2 (2004) <http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm> (11 páginas).
- MEDINA, João, “Não há utopias portuguesas”, *Revista de História das Ideias* (vol. II. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1978-1979) pp. 163-170.
- MORUS, Tomás, *A Utopia* (Trad. de Luís Marinho / Notas e posfácio de Pinharanda Gomes. Lisboa, Guimarães Editores 2002).
- MUMFORD, Lewis, *História das utopias* (Trad. Isabel Donas Botto. Lisboa, Antígona 2007 [1922]).
- PLATÃO, *A República* (8ª ed., Int., trad. e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian 1996).
- QUEIRÓS, Teixeira de, *D. Agostinho* (Lisboa, Editora de Tavares Cardoso & Irmão 1894).
- QUEIRÓS, Teixeira de, *O Famoso Galvão* (Lisboa, Editora de Tavares & Irmão 1898).
- ROCHER, Guy, *Introduction à la sociologie générale. L'action sociale* (Paris, Éditions HMH 1968).
- SALEMA, Álvaro, “A realidade e o sonho”, *Colóquio/Letras*, nº 96, Março-Abril (1987) 97.
- SANTANA, Maria Helena, *Literatura e ciência na ficção do século XIX. Narrativa naturalista e pós-naturalista portuguesa* (Lisboa, IN-CM 2007).
- SARAMAGO, José, *A Jangada de Pedra* (Lisboa, Caminho 1986).
- SARAMAGO, José, *Ensaio Sobre a Cegueira* (Lisboa, Caminho 1995).
- SARAMAGO, José, *A Caverna* (Lisboa, Caminho 2000).
- SARAMAGO, José, *Ensaio Sobre a Lucidez* (Lisboa, Caminho 2004).
- SARAMAGO, *As Intermittências da Morte* (Lisboa, Caminho, 2005a).
- SARAMAGO, José, “O tempo e a morte” (Entrevista concedida a José Carlos Vasconcelos), *Visão* (3 de Novembro, 2005b) pp. 113-119.
- SARAMAGO, José, “Europa sim, Europa não”, *Jornal de Letras, Artes & Ideias* (10 de Janeiro de 1989) p. 32.

SARAMAGO, José, “Não sou profeta, mas Portugal acabará por integrar-se na Espanha” (Entrevista concedida a João Céu e Silva) *Diário de Notícias* (15 de Julho, 2007).

SILVA, Fernando Correia da, *O Mata-Cães* (Lisboa, *Salamandra*, 1986).



Série  
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Coimbra University Press

2009

